BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradseg Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Empresas Controladas e Coligadas
Em 31 de dezembro de 2021, a Bradseg Participações S.A., possuía investimentos nas seguintes empresas: Bradesco Seguros S.A., Bradesco Segprev Investimentos Ltda., Bradescor Corretora de Seguros Ltda. e Bradesco Gestão de Saúde S.A.
A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por uma diretoria.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.
O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Participações do mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Desempenho das Operações
O resultado acumulado do exercício de 2021 foi de R$ 5,193 bilhões (R$ 4,796 bilhões em 2020) e o patrimônio líquido somou R$ 29,345 bilhões em dezembro de 2021 (R$ 35,793 bilhões em dezembro de 2020).

Investimentos
As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R$ 38,266 bilhões (R$ 41,289 bilhões em 2020).
Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário
No exercício de 2021, a Administração promoveu uma reorganização societária visando maior sinergia e eficiência operacional.
Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 11b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos
A Bradseg Participações adota as melhores práticas de Gestão de Riscos atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.
O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e gestão dos riscos.

Controles Internos
A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objetives for Information and Related Technology).* Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance
A Área de *Compliance* atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência, realizando o monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades.
A Bradseg Participações mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.
A Bradseg Participações possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Considerando os requerimentos definidos pelos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradseg Participações reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus clientes, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis), dentro e fora da Organização. Sendo assim, a Bradseg Participações tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência e proteção aos dados por meio de processos consistentes e confiáveis, que endereçam os requerimentos legais durante todo o ciclo de tratamento, consumo e expurgo de dados e, com isso, permitem um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

Osasco, 29 de março de 2022
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		**11.180.013**	**14.313.331**
Disponível		**2**	**4**
Bancos		2	4
Aplicações	4	**10.241.419**	**12.099.525**
Títulos e créditos a receber		**938.591**	**2.213.802**
Títulos e créditos a receber	5	696.362	1.971.520
Créditos tributários e previdenciários	6.a	242.229	242.282
Despesas Antecipadas		**1**	**-**
NÃO CIRCULANTE		**28.752.379**	**29.508.203**
Realizável a longo prazo		**1.055.146**	**446.421**
Aplicações	4	**326.928**	**127.410**
Títulos e créditos a receber		**728.218**	**319.011**
Créditos tributários e previdenciários	6.a	300.373	-
Depósitos judiciais e fiscais	10.b	427.845	319.011
Investimentos		**27.697.233**	**29.061.782**
Investimentos em controladas e coligadas	7	27.697.233	29.061.782
TOTAL DO ATIVO		**39.932.392**	**43.821.534**

PASSIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		**10.153.379**	**7.124.327**
Contas a pagar		**10.153.379**	**7.124.327**
Obrigações a pagar	8	10.140.093	7.022.764
Impostos e encargos sociais a recolher		321	286
Impostos e contribuições	9	12.965	101.277
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**433.948**	**904.293**
Contas a pagar		**-**	**579.786**
Tributos diferidos	6.b	-	579.786
Outros débitos		**433.948**	**324.507**
Provisões judiciais	10.a	433.948	324.507
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	**29.345.065**	**35.792.914**
Capital social		18.221.181	18.221.181
Reservas de lucros		13.603.223	12.889.904
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.061.979)	5.016.536
Reserva de capital		(322.248)	(314.796)
Ações em tesouraria		(95.112)	(19.911)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**39.932.392**	**43.821.534**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais	7	3.921.758	4.484.516
Resultado Bruto		**3.921.758**	**4.484.516**
Outras despesas/receitas operacionais		(45.019)	(580)
Despesas administrativas	13. a	(49.538)	(37.496)
Despesas tributárias	13. b	(101.136)	(34.459)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**3.726.065**	**4.411.981**
- Receitas financeiras		2.254.615	777.617
- Despesas financeiras		(207.908)	(279.800)
Resultado financeiro	13. c	**2.046.707**	**497.817**
Resultado antes dos impostos		**5.772.772**	**4.909.798**
Imposto de renda	13. d	(427.969)	(83.873)
Contribuição social	13. d	(151.350)	(30.417)
Lucro líquido do exercício		**5.193.453**	**4.795.508**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**5.193.453**	**4.795.508**
itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda		
Companhia	(2.488.474)	1.386.273
Investidas	(5.436.122)	(310.725)
Imposto de renda e contribuição social	846.081	(471.333)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.885.062)**	**5.399.723**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MODELO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado antes dos Impostos	**5.772.772**	**4.909.798**
Ajustes para:		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(3.921.758)	(4.484.516)
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	(14.232)	(8.206)
Atualização monetária de contingências passivas	14.232	8.206
Despesas antecipadas	1	-
Lucro ajustado do exercício	**1.851.015**	**425.282**
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(1.161.654)	357.492
Títulos e créditos a receber	(231.522)	64.487
Contas a pagar	205.977	(190.209)
Outros débitos	95.209	34.269
Caixa gerado pelas operações	**(1.091.990)**	**266.039**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(442.644)	(195.025)
Contribuição social sobre o lucro pago	(160.721)	(104.622)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**155.660**	**391.674**
Atividades de Investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.845.186	3.072.782
Aquisição de títulos disponíveis para venda	(3.994.949)	(4.280.301)
Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para venda	4.326.718	4.066.224
Aquisição de investimentos	(965.897)	(1.240.693)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**1.211.058**	**1.618.012**
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(1.366.720)	(2.009.689)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.366.720)**	**(2.009.689)**
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(2)**	**(3)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	7
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2	4
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(2)**	**(3)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital Social	Mudança de participação em controlada	Reserva de outorga de opções de ações	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações de tesouraria	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**17.729.994**	**(297.661)**	**(13.500)**	**1.868.509**	**13.226.606**	**4.412.321**	**(26.779)**	**-**	**36.899.490**
Aumento/Redução de Capital:									
- Aumento de capital	491.187	-	(958)	-	-	41.617	1.391	-	533.237
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	914.940	-	-	914.940
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	-	(380.426)	-	-	(380.426)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	(2.677)	-	-	-	-	-	(2.677)
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	-	-	5.477	-	5.477
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	12.962	-	-	12.962
Ganho atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	-	-	-	-	-	15.122	-	-	15.122
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.795.508	4.795.508
Destinação dividendos extra	-	-	-	-	(5.634.000)	-	-	-	(5.634.000)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.795.508	4.795.508
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	239.775	3.189.014	-	-	(3.428.789)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.366.719)	(1.366.719)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**18.221.181**	**(297.661)**	**(17.135)**	**2.108.284**	**10.781.620**	**5.016.536**	**(19.911)**	**-**	**35.792.914**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	(1.642.393)	-	-	(1.642.393)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	-	(5.436.122)	-	-	(5.436.122)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	(7.452)	-	-	-	-	-	(7.452)
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	-	-	(75.201)	-	(75.201)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.193.453	5.193.453
Proposta para destinação do lucro líquido	-		-	259.673	453.646	-	-	(713.319)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.480.134)	(1.480.134)
Destinação dividendos extra	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**18.221.181**	**(297.661)**	**(24.587)**	**2.367.957**	**11.235.266**	**(2.061.979)**	**(95.112)**	**-**	**29.345.065**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Bradseg Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constitui objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Companhias que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela Instituição.
O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.
A Companhia é controlada direta do Banco Bradesco S.A.
Essas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Bradseg Participações S.A. em 29 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação
As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
De acordo com o item 4 do CPC 36 (R3), a preparação das demonstrações contábeis consolidadas desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador direto (Banco Bradesco S.A.), entidade domiciliada no Brasil, foram divulgadas em 17 de março de 2022 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB).
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional
As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações e 10 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.
Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judicias.

e. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalente de caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.
Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo
A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos
Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações
Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Outros
Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém através de suas controladas, operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).
Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Para valorização de instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Recebíveis
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica, "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

f. Ágios sobre investidas
O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.
O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado.
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
Uma perda por *impairment* em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.

g. Redução ao valor recuperável *(Impairment)* de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado o teste de *impairment*.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 31/03/2022 16:52
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/Bradseg1561380631032022.pdf
Hash:1648669922b0fa179f8ab04ad1aecd836bdcad4730

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

h. Ativos e passivos judiciais e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Provisões para contingências

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

k. Normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

O IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 para os períodos anuais e tal prerrogativa é relevante para as controladas do Grupo, que operam no ramo de Seguros.

A Administração concluiu que o maior volume de operação das suas controladas está predominantemente relacionado com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2019 e 2020 essa predominância em atividades de seguros de suas controladas foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 foram cumpridos inclusive pela Bradseg que é uma *holding* de empresas de seguros. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 e continuará a aplicar o IAS 39 até a data efetiva do IFRS 17, assim como a opção definida para as controladas da Companhia.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS17)

Contratos de Seguros: Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. É previsto a aplicação do modelo geral às carteiras de Vida longo prazo. Como uma variação do modelo geral é apresentado o modelo de taxa variável (VFA), que segue os mesmos princípios do modelo geral porém é alterado para mensurar os lucros sobre investimentos, esse modelo será aplicado às carteiras de Previdência VGBL e PGBL. À parte do modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. O modelo simplificado será aplicado às carteiras de produtos não Vida, Saúde e Vida Curto Prazo. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Além disso, foi publicada uma emenda aos requisitos de transição da IFRS 17 que trata de uma opção às entidades Seguradoras para a apresentação de informações comparativas sobre os ativos financeiros, a fim de evitar possíveis descasamentos contábeis temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguros, já que a IFRS 17 e a IFRS 9 apresentam requisitos de transições distintos. A IFRS 17 e sua emenda entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2023. A companhia encontra-se em fase de implantação da norma, avaliando atualmente os impactos de transição em cada uma de suas carteiras.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e mercado, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além os assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

						2021
Aplicações/*Rating*	**AAA (*)**	**A**	**BB**	**Sem *rating***	**Exposto exclusivamente a risco de mercado**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**1.903.365**	**140.997**	**2.922.188**	**618.353**	**-**	**5.584.903**
Título de renda fixa privado	89.968	140.997	2.922.188	618.353	-	3.771.506
Título de renda fixa público	1.813.397	-	-	-	-	1.813.397
Disponíveis para a venda	**326.928**	**-**	**-**	**34.643**	**4.621.873**	**4.983.444**
Título de renda fixa privado	-	-	-	34.643	-	34.643
Título de renda fixa público	326.928	-	-	-	-	326.928
Título de renda variável	-	-	-	-	4.621.873	4.621.873
Total	**2.230.293**	**140.997**	**2.922.188**	**652.996**	**4.621.873**	**10.568.347**

						2020
Aplicações/*Rating*	**AAA (*)**	**A**	**B**	**Sem *rating***	**Exposto exclusivamente a risco de mercado**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**688.712**	**139.282**	**2.921.832**	**673.422**	**-**	**4.423.248**
Título de renda fixa privado	9.968	139.282	2.921.832	673.422	-	3.744.504
Título de renda fixa público	678.744	-	-	-	-	678.744
Disponíveis para a venda	**127.410**	**-**	**-**	**-**	**7.676.277**	**7.803.687**
Título de renda fixa público	127.410	-	-	-	-	127.410
Título de renda variável	-	-	-	-	7.676.277	7.676.277
Total	**816.122**	**139.282**	**2.921.832**	**673.422**	**7.676.277**	**12.226.935**

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia e suas controladas estão expostas:

Ativo	**fluxo de ativos**	**fluxo de passivos**
Fluxo de 1 a 6 meses	8.839.977	11.279
Fluxo de 6 a 12 meses	1.188.657	10.127.099
Fluxo de 12 a 60 meses	1.236.077	466.297
	11.264.711	**10.604.675**

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês Executivos específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos do Banco Bradesco. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco.

Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

	Cenário
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco	
Índice Bovespa em pontos	103.774
Taxa Prefixada de 1 ano	11,81%
Cupom de IPCA de 1 ano	5,67%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Fatores de risco						
Exercício	**Taxa de juros em Reais**	**Índices de preços**	**Cupom cambial**	**Moeda estrangeira**	**Renda variável**	**Total sem correlação**	**Total com correlação**
Dezembro/2021	(366)	(116)	(1)	(406)	(12.780)	(13.669)	(12.795)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras		Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2021	**%**	**2020**	**%**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**5.584.903**	**52,85%**	**4.423.248**	**36,17%**
Fundos de investimentos de terceiros	3.570.835	33,79%	3.734.536	30,54%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.014.068	19,06%	688.712	5,63%
Títulos disponíveis para venda	**4.983.444**	**47,15%**	**7.803.687**	**63,83%**
Títulos de renda variável - ações	4.621.873	43,73%	7.676.277	62,79%
Letras do tesouro nacional	34.643	0,33%	-	0,00%
Notas do tesouro nacional	326.928	3,09%	127.410	1,04%
Total	**10.568.347**	**100,00%**	**12.226.935**	**100,00%**

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

							2021
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**3.771.506**	**397.026**	**507.222**	**909.149**	**5.584.903**	**5.583.918**	**985**
Quotas de fundos de investimentos	3.681.538	-	-	-	3.681.538	3.681.538	-
Letras financeiras do tesouro	-	397.026	507.222	909.149	1.813.397	1.812.354	1.043
Notas do tesouro nacional – Op. Compromissadas/outros (ii)	89.968	-	-	-	89.968	90.026	(58)
Títulos disponíveis para venda	**4.656.516**	**-**	**-**	**326.928**	**4.983.444**	**5.466.697**	**(483.253)**
Ações (i)	4.621.873	-	-	-	4.621.873	5.059.329	(437.456)
Quotas de fundos de investimentos	34.643	-	-	-	34.643	30.478	4.165
Notas do tesouro nacional	-	-	-	326.928	326.928	376.890	(49.962)
Total	**8.428.022**	**397.026**	**507.222**	**1.236.077**	**10.568.347**	**11.050.615**	**(482.268)**

							2020
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**3.744.504**	**6.584**	**400.721**	**271.439**	**4.423.248**	**4.423.232**	**16**
Quotas de fundos de investimentos	3.734.536	-	-	-	3.734.536	3.734.536	-
Letras financeiras do tesouro	-	6.584	400.721	271.439	678.744	678.728	16
Letras do tesouro nacional – Op. Compromissadas/outros (ii)	9.968	-	-	-	9.968	9.968	-
Títulos disponíveis para venda	**7.676.277**	**-**	**-**	**127.410**	**7.803.687**	**5.798.466**	**2.005.221**
Ações (i)	7.676.277	-	-	-	7.676.277	5.675.787	2.000.490
Notas do tesouro nacional	-	-	-	127.410	127.410	122.679	4.731
Total	**11.420.781**	**6.584**	**400.721**	**398.849**	**12.226.935**	**10.221.698**	**2.005.237**

(i) Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R$ 5.152.457 mil (R$ 3.142.473 mil em 2020), o que representou a realização da mais valia no montante de R$ 1.460.836 mil (Mais valia de R$ 196.963 mil em 2020).

(ii) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

			2021			**2020**
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**5.494.935**	**89.968**	**5.584.903**	**4.413.280**	**9.968**	**4.423.248**
Quotas de fundos de investimentos	3.681.538	-	3.681.538	3.734.536	-	3.734.536
Letras financeiras do tesouro	1.813.397	-	1.813.397	678.744	-	678.744
Notas do tesouro nacional - Op. Compromissadas/outros (i)	-	89.968	89.968	-	-	-
Letras financeiras do Tesouro - Op. Compromissadas/outros (i)	-	-	-	-	9.968	9.968
Disponível para venda	**4.983.444**	**-**	**4.983.444**	**7.803.687**	**-**	**7.803.687**
Ações	4.621.873	-	4.621.873	7.676.277	-	7.676.277
Quotas de fundos de investimentos	34.643	-	34.643	-	-	-
Notas do tesouro nacional	326.928	-	326.928	127.410	-	127.410
Total	**10.478.379**	**89.968**	**10.568.347**	**12.216.967**	**9.968**	**12.226.935**

(i) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

d. Movimentação das aplicações financeiras

			2021
	Títulos a valor justo por meio do resultado	**Títulos disponíveis para venda**	**Total**
Saldo em 1º janeiro	**4.423.248**	**7.803.687**	**12.226.935**
(+) Aplicações	5.133.197	3.994.949	9.128.146
(-) Resgates	(4.139.177)	(4.368.502)	(8.507.679)
(+) Rendimentos	167.635	41.784	209.419
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(2.488.474)	(2.488.474)
Saldo em 31 de dezembro	**5.584.903**	**4.983.444**	**10.568.347**

			2020
	Títulos a valor justo por meio do resultado	**Títulos disponíveis para venda**	**Total**
Saldo em 1º janeiro	**4.780.741**	**6.203.337**	**10.984.078**
(+) Aplicações	3.972.617	4.280.301	8.252.918
(-) Resgates	(4.406.474)	(4.154.703)	(8.561.177)
(+) Rendimentos	76.364	88.479	164.843
(+/-) Ajuste a valor justo	-	1.386.273	1.386.273
Saldo em 31 de dezembro	**4.423.248**	**7.803.687**	**12.226.935**

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Disponível para Venda" e os fundos de investimentos, atingiu 76,90% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 3,99%, 7,09% PRÉ (títulos prefixados) e 100% da Selic (títulos pós-fixados).

5. Títulos e créditos a receber

	2021	**2020**
Dividendos a receber	681.435	1.793.194
Valores a receber pela venda de ações	14.927	165.028
Outros valores a receber	-	13.298
	696.362	**1.971.520**

6. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

			2021		2020
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Total**
Impostos a compensar	242.229	-	242.229	242.282	242.282
Créditos e tributos diferidos (c-i)	-	317.721	317.721	-	-
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	(17.348)	(17.348)	-	-
Total	**242.229**	**300.373**	**542.602**	**242.282**	**242.282**

b. Tributos diferidos líquidos

	2021	**2020**
Créditos tributários diferidos (c-i)	-	(114.498)
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	694.284
Total	**-**	**579.786**

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2020	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31/12/2021**
Provisão judicial - Fiscais	110.069	37.535	-	147.604
Outros	4.429	4.848	(3.466)	5.811
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	**114.498**	**42.383**	**(3.466)**	**153.415**
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	-	164.306	-	164.306
Total dos créditos tributários diferidos	**114.498**	**206.689**	**(3.466)**	**317.721**

	Saldo em 01/01/2020	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31/12/2020**
Provisão judicial - Fiscais	95.288	48.666	(33.885)	110.069
Outros	2.932	35.971	(34.474)	4.429
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	**98.220**	**84.637**	**(68.359)**	**114.498**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 31/03/2022 16:52

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/Bradseg1561380631032022.pdf

Hash:1648669922b0fa179f8ab04ad1aecd836bdcad4730

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 31/12/2021
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	681.775		(681.775)	-
Atualização de depósito judicial	12.509	4.839		17.348
Total	**694.284**	**4.839**	**(681.775)**	**17.348**

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	210.442	471.333	-	681.775
Atualização de depósito judicial	8.536	3.973	-	12.509
Total	**218.978**	**475.306**	**-**	**694.284**

d. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2022	4.318	1.554	5.872
2026	108.487	39.056	147.543
	112.805	**40.610**	**153.415**

O valor presente dos créditos tributários monta a R$ 135.969.
A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Participações Societárias

As participações societárias estão assim apresentadas:

	Bradesco Seguros S.A. (v)	Bradesco Segprev Investimentos Ltda. (v)	Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (iii)	Bradesco Gestão de Saúde S.A. (ii) (iv)	Fleury S.A. (i) (ii)	Bradesco Saude S.A. (i)	Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A. (i)	CBGS Companhia Brasileira de Gestão e Serviços S.A. (i) (vi)	Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (i)	Bradesco Diagnósticos em Saúde Part. S.A. (i) (ii) (iv)	Atlântica Hospitais Participa-ções S.A. (iv)	Total
Dados 31 de dezembro de 2021												
Capital social	4.999.690	2.815.365	48.000	12.352.471	-	-	-	-	-	-	-	
Quantidade de ações/cotas possuídas:												
- ON	732.577	2.815.364.609	47.999.999	11.932.850.603	-	-	-	-	-	-	-	
Percentual de participação na data-base	93,66%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Total de ativos	12.464.582	5.848.370	97.762	11.612.374	-	-	-	-	-	-	-	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	1.179.427	152.859	2.780	7.842	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões judiciais	389.510	-	1.235	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	10.895.645	5.695.511	93.747	11.604.532	-	-	-	-	-	-	-	
Total das receitas	2.874.644	644.313	4.826	597.365	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do período	2.352.108	641.275	2.638	593.099	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**19.592.038**	**5.406.102**	**-**	**-**	**703.401**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**25.701.541**
Aumento de capital	-	592.387	-	-	-	-	150.000	-	-	-	-	742.387
Aquisição	-	-			101.299	-	-					101.299
Transferência de investimentos	(8.122.895)	(736.812)	-	-	-	8.611.147	10.494	132.007	604.805	-	-	498.746
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	(486)	-	-	-	-	7.715	-	-	-	-	-	7.229
Ajustes acumulados de conversão reconhecida em coligada	12.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.962
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego reconhecido em coligada	15.122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.122
Outorga de ações reconhecidas em controlada	321.552	-	-	-	2.065	(327.566)	-	-	-	-	-	(3.949)
Ágio	-	-	-	-	389.446	-	-	-	-	-	-	389.446
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	(673.453)	(4.825)	-	-	-	339.433	(10)	-	-	-	-	(338.855)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(1.918.667)	(350.000)	-	-	(31.997)	(247.966)	(32)	-	-	-	-	(2.548.662)
Resultado de equivalência patrimonial	3.363.727	588.569	-	-	42.158	503.870	3.147	(1.366)	(15.589)	-	-	4.484.516
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.589.900**	**5.495.421**	**-**	**-**	**1.206.372**	**8.886.633**	**163.599**	**130.641**	**589.216**	**-**	**-**	**29.061.782**
Aumento de capital	9.938	-	-	150.001	-	-	-	-	-	420.250	5.000	585.189
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	181.534	-	197.535	-	379.069
Transferência de investimentos (i) (iv) (v)	95.062	(187.836)	92.774	11.687.538	(1.179.809)	(8.787.767)	(168.824)	(315.425)	(577.394)	(654.870)	(3.449)	-
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	-	-	-	(75.476)	-	-	-	-	-	-	-	(75.476)
Outorga de ações reconhecidas em controlada	-	-	-	1.599	(7.545)	(1.011)	-	-	-	(222)	-	(7.179)
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	1.639	-	-	-	1.639
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	(4.169.263)	(1.349)	(315)	(746.594)	-	(518.556)	(45)	-	-	-	-	(5.436.122)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(523.472)	(152.304)	(25)	(5.634)	(51.992)	-	-	-	-	-	-	(733.427)
Resultado de equivalência patrimonial	2.201.582	641.274	1.313	593.099	32.974	420.701	5.270	1.611	(11.822)	37.307	(1.551)	3.921.758
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**10.203.747**	**5.795.206**	**93.747**	**11.604.533**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.697.233**

(i) Em AGE 31 de maio de 2021 a Administração promoveu uma reorganização societária visando maior sinergia e eficiência operacional. Através de uma cisão parcial, a Companhia aumentou os investimentos nas sociedades investidas Bradesco Gestão de Clinicas S.A. e Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A. com a parcela cindida. Maiores detalhes constam na nota explicativa 11b – (Patrimônio líquido);

(ii) (*) Em AGE 31 de agosto de 2021 Companhia aumentou os investimentos na sociedade investida Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A. através de outra cisão parcial, transferiu as ações que detinha na cia Fleury S.A. Maiores detalhes constam na nota explicativa 11b – (Patrimônio líquido);

(iii) Em 30 de setembro de 2021, visando a continuidade da reorganização societária, a Cia. investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., efetuou uma cisão parcial transferindo o investimento representado por 47.999.999 cotas da Cia. Bradescor Corrretora de Seguros Ltda. para a Companhia no montante de R$ 92.774;

(iv) Em 30 de novembro de 2021, sequenciando a reorganização societária, a Companhia aumentou sua participação societária na investida Bradesco Gestão de Saúde S.A., mediante entrega dos investimentos que detinha nas cias Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A. e Atlântica Hospitais Participações S.A.;

(v) Em 08 de dezembro de 2021, a Cia. investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., reduziu o capital social entregando para a acionista Bradseg Participações o Investimento detido de R$ 95.062 na Cia Bradesco Auto/RE Cia de Seguros S.A. e, em 27 de dezembro de 2021 a Bradseg aumentou o capital na investida Bradesco Seguros em R$ 105.000 mediante capitalização do seu investimento na Bradesco Auto/RE avaliado em R$ 95.062 e capitalização em espécie de R$ 9.938;

(vi) Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia identificou em um cenário de oportunidade de mercado, aumentando o percentual de participação na cia CBGS Companhia Brasileira de Gestão e Serviços S.A. Através dos respectivos Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças realizados em 1º de outubro e 10 de outubro de 2020, a Cia. adquiriu 65.575.256 ações da Cielo S.A., representado em 40,95% do patrimônio da CBGS e, 27.543.209 ações da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, representado por 17,20% do patrimônio da CBGS, que somado ao percentual que a Cia. detinha de 41,85%, totalizou 100% do Patrimônio líquido da CBGS;
As respectivas transferências de controle das ações da Adquirida ocorreram em 7 de janeiro de 2021 (para as ações da Cielo) e 21 de janeiro de 2021 (para as ações da CASSI), mediante cumprimento das condições precedentes dos Contratos. A transação foi aprovada sem restrições pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Os valores da transações são os seguintes:

	100%	58,15%
Valor pago (58,15%)	**315.000**	**183.173**
Valor patrimonial em 30 de dezembro de 2020	313.361	182.432
Intangíveis/Imobilizado na aquisição	**1.639**	**741**
Alocação do preço de aquisição dos intangíveis/imobilizado:		
- Tecnologia	9.843	5.724
- Ágio da adquirida	(8.113)	(4.718)
- Contingência	(449)	(261)
- Ágio de rentabilidade futura (*goodwill*) (*)	358	208
	1.639	**953**

(*) O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do investimento adquirido.

8. Obrigações a pagar

	2021	2020
Dividendos a pagar	10.114.134	7.000.720
Pagamentos a efetuar pela compra de ações	-	1.112
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	10.818	5.801
Outras obrigações	15.141	15.131
Total	**10.140.093**	**7.022.764**

9. Impostos e contribuições

	2021	2020
Imposto de renda	12.155	93.766
Contribuição social	810	7.511
	12.965	**101.277**

10. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Obrigações legais

A Companhia é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição, acrescido de juros e atualização monetária.
PIS/COFINS – Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela empresa objetivando assegurar o direito de calcular e recolher o PIS e a COFINS nos termos da Lei 9.718/9 - Valor provisionado de R$ 428.540 (R$ 319.215 em 31 de dezembro 2020), com depósito judicial no valor de R$ 423.233 (R$ 314.494 em 31 de dezembro 2020) - O processo encontra-se em julgamento e está classificado como perda possível.

II. Passivos Contingentes:

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R$ 13.105, para os processos fiscais. O principal processo com essa classificação é o seguinte:

a) Auto de Infração no valor atual de R$ 5.144, decorrente de IRRF sobre JCP, relativos ao período de dezembro/2000. Aguardando distribuição do Recurso Voluntário no CARF desde 21/12/2016 (fase administrativa).

b) Saldo negativo de IRPJ valor atual de R$ 3.458 - Processo aguardando retorno de diligência para julgamento na DRJ desde 10/04/2015 (fase administrativa).

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**323.733**	**774**	**324.507**
Constituições líquidas de reversões e baixas	95.186	23	95.209
Atualização monetária	14.232	-	14.232
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**433.151**	**797**	**433.948**

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**281.072**	**959**	**282.031**
Constituições líquidas de reversões e baixas	34.455	(185)	34.270
Atualização monetária	8.206	-	8.206
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**323.733**	**774**	**324.507**

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2021	2020
COFINS	364.642	271.387
PIS	63.203	47.625
Total	**427.845**	**319.012**

11. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 12.317 (8.189 em 2020) ações escriturais (maiores detalhes na nota explicativa 11.b), ordinárias e nominativas, sem valor nominal.
De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.
Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**5.193.453**	**4.795.508**
Constituição da reserva legal	(259.673)	(239.775)
Base de cálculo dos dividendos	**4.933.780**	**4.555.733**
Destinação de dividendos extras	3.000.000	-
Dividendos propostos no exercício	1.480.134	1.366.719
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	**90,81%**	**30,00%**

b. Atos societários

Em 2021, a Administração promoveu uma reorganização societária visando maior sinergia e eficiência operacional. Os fatos ocorreram conforme segue:

i. Em 31 de maio de 2021 por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, por meio da transferência dos investimentos representados por: a) Companhia Brasileira de Gestão e Serviços pelo valor contábil de R$ 315.425; b) 661.999.999 cotas, da Novamed Gestão de Clinicas Ltda., pelo valor contábil de R$ 577.394; c) 20.870.945 de ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Bradesco Saúde S.A., pelo valor contábil de R$ 9.302.643; d) 245.630.543 de ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., pelo valor contábil de R$ 168.879; e e) 71.312.214 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão de Fleury S.A., pelo valor contábil de R$ 1.174.842 para as empresas investidas Bradesco Gestão de Clinicas S.A. e Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A. A operação resultou em uma redução de capital social no montante de R$ 11.539.183, sem alteração na quantidade de ações. A cisão parcial ocorreu mediante emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 30 de abril de 2021.
No mesmo ato, os acionistas Banco Bradesco e Tapajós fizeram a recomposição do capital social da Bradseg em R$ 11.539.183, com a emissão de 4.058 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

ii. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2021, foi deliberado a cisão parcial do patrimônio líquido da Bradseg, por meio da transferência dos investimentos representados por 8.029.600 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão de Fleury S.A. no montante de R$ 197.535, para a empresa investida Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A.. A operação resultou em uma redução de capital social no montante de R$ 197.535, sem alteração na quantidade de ações. A cisão parcial ocorreu mediante emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 31 de julho de 2021.
No mesmo ato, os acionistas Banco Bradesco e Tapajós, fizeram a recomposição do capital social da Bradseg no montante de R$ 197.535, com a emissão de 70 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 80% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

12. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (controlador) (a) (c)	89.970	9.972	9.837.474	6.808.963
Tapajós Holdings Ltda. (controlador) (c)	-	-	276.660	191.757
Bradesco Seguros S.A. (controlada) (b)	523.472	1.544.511	-	-
Bradesco Segprev Investimentos Ltda. (controlada) (b)	152.303	-	-	-
Bradesco Gestão de Saúde S.A. (controlada) (b)	5.634	-	-	-
Bradesco Saúde S.A. (controlada) (b)	-	247.966	-	-
Bradesco Saúde Operador de Planos S.A. (controlada) (b)	-	32	-	-
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (controlada) (b)	25	-	-	-
Total	**771.404**	**1.802.481**	**10.114.134**	**7.000.720**

	Receitas	Despesas	
	2021	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (controlador) (d)	-	(201)	(28)
Fleury S.A. (coligada) (e)	16.738	-	-
Total	**16.738**	**(201)**	**(28)**

(a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
(b) Dividendos a receber.
(c) Dividendos a pagar.
(d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
(e) JCP recebidos.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R$ 27.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R$ 17.200 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2021	2020
Proventos	22.500	12.615
Encargos sociais	4.500	2.523
Planos de previdência complementar de contribuição definida	16.431	18.641
Total	**43.431**	**33.779**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

13. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal próprio:	**(44.255)**	**(33.976)**
- Honorários da administração	(23.182)	(12.779)
- INSS/FGTS	(4.643)	(2.556)
- Planos de previdência privada	(16.430)	(18.641)
Despesas com donativos e contribuições	(1)	(597)
Despesas com serviços de terceiros	(3.848)	(2.762)
Despesas com localização e funcionamento	(1.204)	(5)
Despesas com publicações	(208)	(155)
Despesas administrativas diversas	(22)	(1)
Total	**(49.538)**	**(37.496)**

b. Despesas com tributos

	2021	2020
Despesas com PIS	(13.628)	(5.095)
Despesas com COFINS	(81.558)	(29.361)
Impostos Federais	(5.941)	(3)
Outras despesas com tributos	(9)	-
Total	**(101.136)**	**(34.459)**

c. Resultado financeiro

***i* - Receitas financeiras**

	2021	2020
Receitas com títulos de renda fixa	210.456	186.995
Receitas com títulos de renda variável	2	-
Receitas com títulos de renda variável - ações	2.010.629	581.846
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	14.232	8.206
Outras receitas financeiras	19.296	570
Total	**2.254.615**	**777.617**
***ii* - Despesas financeiras**	**2021**	**2020**
Despesas com títulos de renda fixa	-	(22.146)
Despesas com títulos de renda variável	(1)	(6)
Despesas com títulos de renda variável - juros sobre capital próprio, dividendos e ações	(159.059)	(248.135)
Taxa de gestão de fundos	(230)	(185)
Atualização monetária de contingências passivas	(14.232)	(8.206)
Outras despesas financeiras	(34.386)	(1.122)
Total	**(207.908)**	**(279.800)**
Total geral	**2.046.707**	**497.817**

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária	34.078	12.304
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(613.397)	(126.594)
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(579.319)**	**(114.290)**

14. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes de impostos e participações	**5.772.772**	**4.909.798**
Resultado ajustado	**5.772.772**	**4.909.798**
- Adições	1.035.286	210.132
- Exclusões	(5.096.795)	(4.747.578)
Lucro tributável	**1.711.263**	**372.352**
- Tributos correntes	(581.830)	(126.600)
- Tributos diferidos	34.078	12.304
- Incentivos Fiscais	-	597
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(31.567)	(591)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**(579.319)**	**(114.290)**
Alíquota efetiva	10,04%	2,33%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 31/03/2022 16:52

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/Bradseg1561380631032022.pdf

Hash:1648669922b0fa179f8ab04ad1aecd836bdcad4730

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

DIRETORIA

Octavio de Lazari Junior	Diretor-Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Vice-Presidente Institucional Corporativo
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor de Controladoria Corporativo
Gedson Oliveira Santos	Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos Corporativo
Luiz Carlos Angelotti	Diretor Fiscal Corporativo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente	**Octavio de Lazari Junior**	Membro
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Vice-Presidente	**Mauricio Machado de Minas**	Membro
Milton Matsumoto	Membro	**Samuel Monteiro dos Santos Junior**	Membro
Alexandre da Silva Gluher	Membro		

João Batista Zorzete
Contador - CRC
1SP248285/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da Bradseg Participações S/A
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e o seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.
Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradseg Participações S.A. e suas controladas Bradesco Gestão de Saúde S.A. e Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A. (Companhias) e manifestar-se sobre (i) - qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Seguradora, (ii) - eficácia do sistema de controles internos da Seguradora; e (iii) - efetividade das auditorias interna e independente da Seguradora, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora, além de regulamentos e políticas internas.
O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários e as avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.
No decorrer do ano de 2021, o Comitê, nesse sentido, desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, abrangendo principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iv) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (v) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pela COVID-19.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.
O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, dentre as quais a responsabilidade por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aos quais o Comitê de Auditoria teve acesso.
O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das Companhias ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.
Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras, correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Alphaville, 29 de março de 2022

Samuel Monteiro dos Santos Júnior
Coordenador

Roberto Westenberger
Membro

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Paulo Sergio Rodrigues
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Conselheiros da
Bradseg Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradseg Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Participações S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6

Adriana Waleska Scavuzzi de Alencar Ielmini
Contadora CRC 1RJ-116091/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 31/03/2022 16:52

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/Bradseg1561380631032022.pdf
Hash:1648669922b0fa179f8ab04ad1aecd836bdcad4730